

PENSANDO O DESENVOLVIMENTO EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

ARAÚJO, Simone Rosiane Corrêa.

Doutoranda em Desenvolvimento Social (PPGDS/UNIMONTES)

Bolsista FAPEMIG

simonercaraujo76@gmail.com

BRITO, Marcelo.

Doutorando em Desenvolvimento Social (PPGDS/UNIMONTES)

professormarcelob@gmail.com

MAIA, Mariana Nascimento

Mestranda em Desenvolvimento Social (PPGDS/UNIMONTES)

mariananmaia20@gmail.com

NASCIMENTO, Rafael Baioni.

Professor do Programa de Desenvolvimento Social (PPGDS/UNIMONTES)

baionirafael@gmail.com

SIQUEIRA, Heidy Cristina Boaventura Siqueira

Doutoranda em Desenvolvimento Social (PPGDS/UNIMONTES)

heidycristina@adv.oabmg.org.br

INTRODUÇÃO

O trabalho realizado visou problematizar as diferentes concepções de desenvolvimento e sua relação com a construção social do gênero. O objetivo foi analisar criticamente a ideia de desenvolvimento, partindo da crítica decolonial do conceito de desenvolvimento e destacando a produção de masculinidades e feminilidades, dispositivos de reconhecimento, identidade e resistências. As discussões buscaram abordar alguns dos efeitos decorrentes da construção social do gênero no campo da política, no mercado de trabalho, no acesso à escola e ao espaço público demonstrando, enfim, como o projeto de desenvolvimento social alcança de forma diferenciada os sujeitos conforme seu gênero.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho se desenvolveu a partir da exposição teórica e reflexiva dos ofertantes do minicurso que construíram uma argumentação sequencial estruturada em três eixos:



desenvolvimento e decolonialidade, mercado de trabalho e ocupação do espaço público, todos em uma perspectiva de análise da relação entre desenvolvimento e gênero.

Os eixos debatidos seguiram as áreas de pesquisa dos mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) envolvidos no minicurso. Após o encerramento das exposições, foi concedido um momento de troca com os participantes, fundamentada no diálogo, compartilhamento de percepções e pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo das exposições no primeiro eixo-temático era apresentar as categorias sexo e gênero como produtos da racionalidade moderna expondo, assim, sua natureza histórica e colonial. Além disso, teve por pretendência analisar a utilização das referidas categorias como instrumentos que serviram ao projeto de desenvolvimento cunhado pelo pensamento hegemônico eurocêntrico.

No período compreendido entre os séculos XV e XVI a crise do feudalismo levou à formação do Estado Nacional na Europa. A estruturação estatal exigiu a uniformização e a padronização de todas as instituições a fim de assegurar a hegemonia do único modelo possível de Estado segundo o pensamento europeu. A noção de nacionalidade e a polícia do comportamento surgiram ao longo do processo visando garantir a padronização pretendida

Em 1492 ocorre a invasão da América e o encontro radical com o outro dando início à modernidade e às engrenagens do sistema-mundo moderno, cujas principais características são a uniformização com a padronização universalizada e o encobrimento da diversidade; a adoção da lógica binária de subalternidade que estabelece a relação hierarquizada do tipo “nós” e os “outros” e a linearidade histórica a partir da qual se estabelece a premissa de um único caminho a seguir na evolução da civilização e da existência de graus diferentes de desenvolvimento e de civilização entre os povos. Enfim, se consolida o universalismo europeu e a imposição da razão hegemônica europeia a todos os povos colonizados.

A colonização impôs um modo próprio de subjetivação por meio da colonialidade, entendida como um padrão de poder que perdura mesmo após o fim do colonialismo (relação



político-administrativa entre metrópole e colônia), se perpetuando como forma de produzir hierarquias nas quais se fundamentam a modernidade e o capitalismo. A universalização, a imposição hegemônica da racionalidade científica e o epistemicídio produziram o que é aceito como verdade e o que não é crível, ignorando a ocorrência de sistemas de conhecimento distintos entre os povos colonizados. Categorias dicotômicas e hierarquizadas como raça, classe e gênero surgiram, então, como decorrentes da colonialidade e do exercício do poder fundamentado em imposições ideológicas eurocêntricas que são apresentadas como naturais.

A grande demanda populacional do século XIX confere centralidade à instituição familiar. Entre os pobres as famílias se tornam unidades reprodutoras de mão-de-obra, já entre os burgueses brancos, ricos e proprietários a família assegura a hereditariedade e a sucessão da propriedade privada entre as gerações. A família nuclear se torna o espaço de produção e reprodução de gênero e a divisão do trabalho familiar o produtor e reprodutor das categorias gendradas.

No século XIX são produzidos na Europa os discursos sobre sexualidades patológicas. Isso acontece porque a ideia de dois sexos complementares é uma ficção que precisa ser sustentada, o que leva à patologização das conformações que não se enquadram nessa configuração. Salienta-se que a diferença entre os corpos não é sexual, essa noção foi construída socialmente. A lógica reprodutivista e da complementariedade escolheu o órgão sexual para estabelecer a diferença porque ele tem função reprodutora. O ímpeto naturalista atribuído às análises ajudou a legitimar os discursos e ocultar o seu caráter histórico.

As categorias e noções sobre sexualidade e gênero que temos ainda hoje foram criadas no final do século XVIII e XIX tendo em vista o controle dos corpos. A história da sexualidade como é pensada é europeia, pois é pensada a partir da Europa e não considera as particularidades de outros povos. O ímpeto naturalista das análises ajudou a legitimar os discursos e a ocultar o caráter histórico da sexualidade.

No segundo eixo, foi trabalhada a ideia de desenvolvimento enquanto um discurso falacioso que encarnou uma justificativa de missão civilizatória europeia sobre os povos subalternizados. Neste cenário, foram analisadas a colonialidade do poder e a colonialidade de gênero, invocando para tanto o diálogo estabelecido entre Aníbal Quijano e María Lugones.



Consoante Quijano (2002), o poder é uma relação social que conjuga exploração, dominação e conflito. Para o referido autor, o padrão mundial de poder perpassa os conceitos de colonialidade, Estado, capitalismo e eurocentrismo. Nesta perspectiva, a classificação da população em termos de raça, de humanos e não-humanos apresenta-se como um dos eixos fundamentais do sistema moderno colonial. No entanto, Quijano (2002) traz uma concepção extremamente naturalizadora e biologizante que compreende sexo e gênero apenas como o acesso sexual às mulheres, seus recursos e produtos.

Neste ponto reside a crítica de Lugones (2014) para quem o gênero é uma questão tão central quanto a raça, elementos que constituem conjuntamente os pilares de sustentação do sistema moderno colonial. A filósofa argentina propõe uma análise da opressão de gênero racializada, capitalista e heterossexualizada e apregoa a necessidade de se resistir a essas opressões a partir deste lócus fraturado.

No terceiro eixo abordou-se, sob a perspectiva de gênero de Scott (1995), que a segregação do mercado de trabalho é parte do processo de construção binária do gênero e das relações de poder que engendram.

Existem paradigmas tradicionais de relações de gênero que corroboraram, no decurso do tempo, o padrão de dominação masculina, e contribuíram para a reprodução de estereótipos de homens de sexo forte, dominadores e viris, delegando às mulheres o papel marginal na sociedade, por serem, supostamente, frágeis e submissas. Desse modo, é o domínio masculino que prevalece no campo do discurso e da linguagem.

A análise central deu-se em torno da advocacia, do teto de vidro e da academia, lançando o olhar para a problemática da reprodução social, que faz com que a dominação masculina seja legitimada através de uma violência simbólica, sob o falso argumento de igualdade entre os sexos, da meritocracia e do profissionalismo, impedindo que as mulheres alcancem sucesso profissional e sejam subjugadas aos chamados “guetos femininos”.

A precedência da masculinidade na conformação do mundo profissional jurídico permeia a ideologia do profissionalismo, baseada na neutralidade afetiva, na dedicação integral e na competência para prestar um serviço especializado de qualidade. Desse modo, o conceito de profissionalismo na advocacia, engendrado a partir do masculino, designa as posições para aqueles que preenchem o modelo ideal plenamente e os que dele se distanciam



de alguma forma, seja pela impossibilidade de se dedicar totalmente à carreira (cuidados com a família), pela sexualidade visível, a emotividade, a politização, o trajair diferente.

Apesar de partilharem do mesmo capital acadêmico, a entrada na profissão e a progressão nela dependem do acesso a grupos hegemônicos de poder que atuam como mentores e notáveis. A consolidação de acesso a tais grupos perpassa, muitas vezes, por vínculos de masculinidade, como jantares, *happy hour*, conversas sobre esportes, dentre outros.

Não obstante tenha aumentado a participação feminina na advocacia, as mulheres, nos grandes centros no Brasil, continuam a exercer posições assalariadas, desenvolvem atividades mais rotineiras, com menos imprevistos sobre o horário de trabalho, e ocupam o menor percentual quando se trata da condição de sócia em escritórios.

A indisponibilidade masculina acarreta a escolha das mulheres por trabalhos que lhes permitam usufruir de soberania sobre seu tempo, e de exercê-lo em locais que lhes sejam menos hostis. Tal fato, explica em parte, a subrepresentação do contingente feminino nas posições privilegiadas na advocacia, o que, por sua vez, incide sobre a remuneração obtida.

As diferenças culturais e sociais entre masculino e feminino são construídas, portanto, no cotidiano dos escritórios de advocacia, transportando para o mundo profissional do Direito, a dominação masculina sob o modelo do profissionalismo, em que as invisibilidades são alimentadas e mantidas pelo discurso da ideologia da neutralidade.

Por fim, se destacou que ao refletir sobre o desenvolvimento em uma perspectiva de gênero é importante pensar o contexto dos espaços urbanos, pois a cidade é palco das relações de poder, da reprodução das relações de produção próprias do capitalismo, da construção do poder político e das disputas das narrativas do que é o desenvolvimento. Na perspectiva do espaço urbano também é possível analisar como as relações de poder e gênero se estabelecem, inclusive com o discurso hegemônico de desenvolvimento.

O espaço urbano é marcado por intencionalidades na sua construção tanto física quanto simbólica, sendo projetado para permitir a reprodução das relações de produção próprias do capitalismo e pautadas pelo controle dos corpos. Assim, o espaço é normatizado sob uma perspectiva cis/heteronormativa, com objetivo de estabelecer ordenamento e moralidade para que seu uso esteja adequado ao planejamento realizado. Percebe-se que o



espaço não é, sob essa análise, neutro, mas, ao contrário, é palco de disputas entre forças que tentam homogeneizá-lo e forças que o subvertem.

As relações de poder e gênero se estabelecem também no espaço público, atravessando os indivíduos e suas vivências. Segundo Foucault o espaço pode ser compreendido como um enquadramento, uma imposição aos corpos, uma forma projetada e hierarquizada de circular, pensar e se relacionar com as pessoas. Porém, o corpo é capaz de resistir a um comando e é capaz também de agir de outro modo, de se movimentar em outra direção, de criar outros espaços de circulação, espaços não projetados, espaços heterotópicos que resistem e subvertem o processo.

Arelada a uma ideia única de desenvolvimento, lida como “progresso”, “ordem”, estabelece-se uma única forma de uso para espaço urbano, uma forma homogeneizada, hierarquizada, não contemplando corpos que não se enquadram dentro da normatividade imposta. No entanto, a presença desses corpos precarizados no espaço revela a fragilidade do caráter fictício da norma.

CONCLUSÃO/CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões empreendidas durante o minicurso demonstraram que o Estado e toda sua estrutura surgiram para assegurar a propriedade privada e a manutenção do capitalismo. A relação do desenvolvimento do capitalismo e a crise de reprodução enfrentada pela Europa determinou uma nova divisão sexual do trabalho. Os corpos se tornaram lugares de uma alienação fundamental empreendida pelo mecanismo de disciplina-trabalho próprio da biopolítica do Estado. O sistema econômico-social do capitalismo se mostra, assim, historicamente ligado ao sexismo.

A compreensão da relação intrínseca entre o projeto de desenvolvimento idealizado pela racionalidade eurocêntrica e a construção social do gênero cria a possibilidade de se pensar caminhos que levem à superação das desigualdades no campo da política, no mercado de trabalho, no acesso à escola e ao espaço público.

REFERÊNCIAS

BONELLI, Maria da Glória; BARBALHO, Rennê Martins. O profissionalismo e a construção do gênero na advocacia paulista. In: Sociedade e Cultura, v. 11, n.



2, jul./dez. 2008, p. 275-284.

FOUCAULT, Michel. O Corpo utópico – As heterotopias. São Paulo, N-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Organización: Yuderlys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa Muñoz. Editora Universidad de Cauca: Colômbia, 2014, p.57-.74.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3), p. 935-952, set./dez- 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Revista Novos Rumos, Ano 17, n° 37, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Tradução de Guacira Lopes Louro. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em 30 nov. 2020.

